



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

TERMO DE CONTRATO N.º 007/2019-DETRAN/AM

TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO (AGENTE DE PORTARIA, RECEPCIONISTA, COPEIRA, MOTOBOY E SUPERVISOR), POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/AM, E A EMPRESA CONTATO CONSTRUÇÃO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Aos 02 (dois) dias do mês de setembro do ano de 2019 (dois mil e dezenove), nesta cidade de Manaus, na sede da CONTRATANTE, situada na Rua Mário Ypiranga, n.º 2884, bairro: Parque Dez de Novembro, presentes o ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio do **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS - DETRAN/AM**, Membro da Administração Indireta do Estado, com CNPJ n.º 04.224.028/0001-63, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, Dr. **RODRIGO DE SÁ BARBOSA**, brasileiro, casado, Delegado de Polícia Civil, portador da cédula de identidade n.º 1569178-0 SSP-AM, CPF n.º 710.828.322-00, residente e domiciliado nesta cidade, na Av. Constantino Nery, Edifício Manoel Ribeiro, n.º 303, apt. 902, e, por outro lado, a empresa **CONTATO CONSTRUÇÃO LTDA**, adiante designada simplesmente **CONTRATADA**, sediada na Rua Izaurina Braga, n.º 365, bairro: Compensa, com CNPJ n.º 04.768.594/0001-36, neste ato representada por sócio administrador, Sr. **JAIME JULIO JUAN FERNANDO ROJAS ALFAGEME**, peruano, casado, empresário, portador do RG n.º 3369510-5 SSP-AM e do CPF n.º 404.805.502-04, residente e domiciliado na Rua Izaurina Braga, n.º 365, bairro: Compensa, em consequência do resultado do Pregão Eletrônico n.º 496/2019-CGL, cuja homologação foi publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas, edição n.º 34059 de 07/08/2019, às fls. 09 – Publicações Diversas, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º 2959/2019-DETRAN/AM (n.º 8399/2019-CGL), na presença das testemunhas adiante nominadas, é assinado o presente Termo de Contrato, nos termos e sujeitas as partes às normas da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, à legislação específica e normas regulamentares mediante as seguintes cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

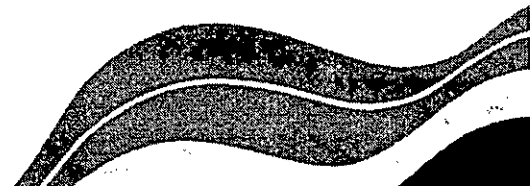
1.1. Por força deste Contrato a **CONTRATADA** obriga-se a prestar ao **CONTRATANTE** os serviços terceirizados de apoio administrativo (agente de portaria, recepcionista, copeira, motoboy e supervisor), para atender as necessidades do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas – DETRAN/AM, conforme especificações do Projeto Básico, os quais se encontram rubricados pelas partes e passam a integrar o presente instrumento, como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de duração dos serviços ora contratados é de **12 (doze meses)**, contados da data de assinatura deste, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos conforme art. 57, II da lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR MENSAL E GLOBAL

3.1. Pelos serviços ora contratados a contratada receberá o valor mensal de R\$ 583.225,00 (quinhentos e oitenta e três mil, duzentos e vinte e cinco reais), totalizando o valor global em R\$ 6.998.700,00 (seis milhões, novecentos e noventa e oito mil e setecentos reais).





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O pagamento à **CONTRATADA** será efetuado na forma da Lei 8.666/93, mediante apresentação de faturas devidamente atestadas pelo setor competente da **CONTRATANTE**, faturas essas que serão processadas e pagas segundo a legislação vigente, devendo nesta oportunidade ser comprovado o recolhimento dos encargos previdenciários decorrentes desse contrato.

4.2. A inadimplência da **CONTRATADA** quanto aos recolhimentos dos encargos previdenciários, autoriza o Contratante, na ocasião do pagamento, a retenção das importâncias devidas, como garantia, até a comprovação perante a fiscalização, da quitação da dívida, na forma do parágrafo primeiro, do art. 31, da Lei nº 8.212/91.

4.3. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes do presente contrato foram empenhadas à conta da seguinte dotação: Programa de Trabalho: 06.122.0001.2001.0001, Natureza da Despesa: 33903701, Fonte: 201, Nota de Empenho n.º 2019NE00912, datada de 02/09/2019, no valor de R\$1.166.450,00 (um milhão, cento e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. Além das obrigações descritas no Projeto Básico, a **CONTRATADA** é obrigada a adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos.

5.2. A **CONTRATADA** é responsável por todos os encargos e obrigações concernente às legislações social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária, previdenciária que resultem ou venham a resultar a execução deste contrato, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno) e, em suma, todos os gastos e encargos com mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços.

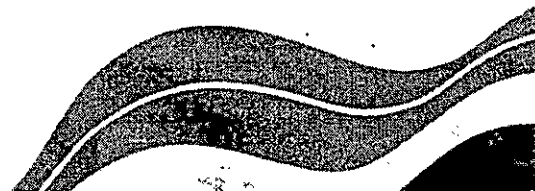
5.3. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem pode onerar o objeto do contrato.

5.4. Além das cláusulas citadas acima, deverá a **CONTRATADA** atender o item 07 (sete) do Projeto Básico.

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1. A **CONTRATANTE** poderá aplicar as seguintes penalidades, de acordo com o Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93 e da Lei nº 9.605/98, ficando garantida a prévia defesa da **CONTRATADA**, nos Termos da Lei, no prazo de cinco dias úteis, contados da data da comunicação do ato pela autoridade competente:

- a. Advertência;
- b. Advertência pela protocolização do pedido de prorrogação do prazo de execução, entrega ou da vigência do ajuste a menos de 30 (trinta) dias do seu encerramento;
- c. Multas moratórias de um por cento do valor do Contrato, por dia, até o trigésimo dia de atraso, se os serviços não forem iniciados na data prevista, sem justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**;
- d. Multa de dez por cento sobre o valor do objeto da contratação não realizado, na hipótese da rescisão administrativa, se a **CONTRATADA** recusar-se a executá-lo;





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

- e. Caso a data da entrega final dos serviços atrase por culpa da **CONTRATADA**, será aplicada pelo **CONTRATANTE** multa correspondente a um por cento, sobre o valor deste Termo de Contrato, por dia de atraso;
- f. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE**, por prazo a ser fixado de até dois anos, a ser publicado no Diário Oficial.
- g. Em caso de infração às normas ambientais, a **CONTRATADA** fica sujeita às sanções pertinentes, aplicáveis pelos órgãos competentes, constituindo, outrossim, motivo para suspensão do direito de licitar e impedimento para contratar com o Poder Público, por prazo de até dois anos.

6.1.1. A sanção estabelecida na letra "f" é de competência exclusiva do agente político ordenador da despesa, facultada a defesa da **CONTRATADA** no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de sua aplicação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS MULTAS

7.1. As multas previstas deverão ser recolhidas através de DAR (Documento de Arrecadação), em uma das agências do Banco Bradesco S/A, no prazo improrrogável de quarenta e oito horas, contados da data de notificação, em favor do ESTADO DO AMAZONAS. Esta notificação ocorrerá através de publicação no Diário Oficial do Estado ou através do recebimento pela **CONTRATADA** do competente aviso.

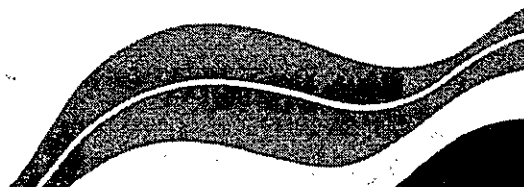
7.2. As multas não têm caráter compensatório e, assim, o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

7.3. A aplicação das multas, aqui referida, independerá de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

7.4. Nenhum pagamento será feito à **CONTRATADA** antes do pagamento da multa que lhe houver sido imposta.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DE CONTRATO

- 8.1. Este Termo de Contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:
- a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - c) Lentidão no seu cumprimento, levando o **CONTRATANTE** a permitir a não conclusão dos serviços;
 - d) Atraso injustificado no início dos serviços;
 - e) Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
 - f) Subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas pelo **CONTRATANTE**;
 - g) Desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
 - h) Cometimento reiterado de faltas na sua execução;
 - i) Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - j) Dissolução da sociedade;
 - k) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** que, a juízo do **CONTRATANTE**, prejudique a execução do Contrato;





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

- l) Razões de interesse do serviço público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo **CONTRATANTE** e exaradas no processo a que se refere o Contrato;
- m) Supressão por parte do **CONTRATANTE**, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do limite permitido na Cláusula referente às alterações contratuais;
- n) Suspensão de sua execução, por ordem escrita do **CONTRATANTE**, por prazo superior a cento e vinte dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas. É assegurado à **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- o) Atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, decorrentes do objeto, ou parcelas dos serviços, já executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA**, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
- p) Não liberação, pelo **CONTRATANTE**, de área local para a execução do objeto, nos prazos contratuais; e
- q) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

8.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

- I. Administrativa, nos casos especificados nas letras "a" à "m" e "q".
- II. Amigavelmente pelas partes.
- III. Judicialmente.

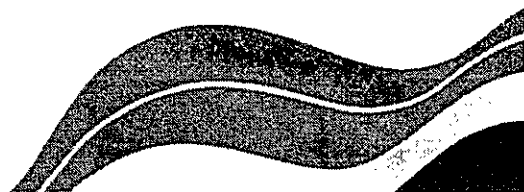
8.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

8.4. No caso de rescisão administrativa embasada em razões de interesse público, previstas nas letras "a" à "m" e "q", do inciso I desta Cláusula, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, que houver sofrido, tendo, ainda, direito a:

- I. Devolução da garantia (quando tiver sido exigida);
- II. Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão; e
- III. Pagamento de custo de desmobilização.

8.5. A rescisão administrativa acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas:

- I. Assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do **CONTRATANTE**;
- II. Ocupação e utilização, nos termos da legislação vigente, do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessários à sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação, na forma do inciso V do art. 58, da Lei n.º 8.666/93;
- III. Retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**;





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

IV. Execução da garantia contratual para ressarcimento do **CONTRATANTE** e dos valores das multas e indenizações a ele devidos (quando tiver sido exigida).

8.6. A aplicação das medidas previstas os números I e II do item anterior ficam a critério do **CONTRATANTE**, que poderá dar continuidade aos serviços por execução direta ou indireta.

CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. A **CONTRATADA** não poderá ceder ou subcontratar parcial ou totalmente, aos serviços, objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS

10.1. Cabem, dos atos do **CONTRATANTE** decorrentes do presente Contrato:

- I. Recurso, no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação do ato;
- II. Representação, no prazo de cinco dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.
- III. Pedido de reconsideração, de decisão acerca da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o **CONTRATANTE**, no prazo de dez dias úteis da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. Será alterado este Contrato, mediante termos aditivos com as devidas justificativas, durante sua vigência, nos seguintes casos:

I. Unilateralmente pelo **CONTRATANTE**:

- a) Quando, por iniciativa do **CONTRATANTE**, houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, até o limite estabelecido no art. 65, §1º da Lei 8.666, do valor inicial atualizado do Contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite anteriormente estabelecido.

II. Por acordo entre as partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução, em face da verificação técnica da inaplicabilidade, nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente mantida o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem correspondente contraprestação da execução do objeto.

11.2. Aqueles serviços adicionais, cujos preços unitários não constem da proposta inicial, serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos na letra "b", Inciso I desta Cláusula.

11.3. No caso de supressão do objeto, se a **CONTRATADA** já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pelo **CONTRATANTE**, pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

11.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desses para mais ou para menos, conforme o caso.

11.5. Em havendo alteração unilateral deste Contrato, que aumente os encargos da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

11.6. As atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples, apostila, dispensando-se a celebração de aditamento.

11.7. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados, total ou parcialmente.

11.8. O pagamento da última medição só será efetuado após o recebimento e aprovação dos serviços pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DE CONTRATO

12.1. O presente contrato poderá ser alterado, através de aditamento, nos casos apontados pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços ora contratados, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

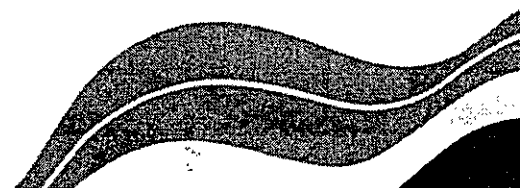
12.3. Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para os serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no parágrafo anterior.

12.4. No caso de supressão dos serviços, se a **CONTRATADA** já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pelo **CONTRATANTE** pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão desde que regularmente comprovados.

12.5. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

12.6. Incumbe, obrigatoriamente, à **CONTRATADA** comunicar ao **CONTRATANTE** os eventos previstos no parágrafo anterior e repassar-lhe os acréscimos ou diminuição dos preços dos serviços ora contratados, sob pena, de no caso de redução do valor dos serviços, ser obrigada a indenizar imediatamente o **CONTRATANTE** com a cominação das demais penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO DO CONTRATO





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

13.1. Obriga-se a **CONTRATADA**, por si e por seus sucessores, ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições do presente contrato, e elege como seu domicílio contratual o da cidade de Manaus/AM, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. O CONTRATANTE obriga-se a prover às suas expensas, devendo nesta data providenciá-la, a publicação do presente contrato, em forma de extrato, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias no Diário Oficial do Estado (D.O.E.), a contar do quinto dia útil do mês subsequente ao da assinatura.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes, na presença das testemunhas abaixo, o presente CONTRATO, em 3 (três) vias de igual forma e teor.


RODRIGO DE SÁ BARBOSA
Diretor-Presidente
DETRAN/AM


JAIME JULIO JUAN FERNANDO ROJAS ALFAGEME
Sócio Administrador
CONTATO CONSTRUÇÃO LTDA

TESTEMUNHAS:

ALESSANDRA BARROSO ALMEIDA
CPF: 510.363.552-68
Ass: 

FÁBIO LIMA CABRAL
CPF: 010.911.082-76
Ass: 